

**RESUMO DO CAPITULO A ESTRUTURA DO PODER BARROCO In: A CIDADE
NA HISTÓRIA: SUAS ORIGENS, TRANSFORMAÇÕES E PERSPECTIVAS. DE
LEWIS MUNFORD**

Por: Fernanda Freitas de Oliveira Azevedo

Dissolução Medieval (p. 375-376)

Segundo Munford a cultura humana, quando referencia à Idade Média, não foi estancada abruptamente como a morte de um organismo biológico. Até porque um organismo se manifesta, vive e morre como um todo, não podendo ser assim entendido, quando se trata de cultura, que embora seja um todo em suas características, sobrevive através de partes independentes que o constitui. Hábitos, formas de vida, cultura, são partes que integram-se entre si, formando esse todo referenciado e, portanto, não morrem com concomitância.

Nesse sentido e, embora o caráter medieval não sobreviva em seu todo, ainda assim, há vestígios de partes que sobreviveram ao tempo. Conforme aponta Munford. Ainda hoje a Igreja de Roma, que viveu uma combinação própria do período, marcado pela combinação de centralização autoritária, absolutismo romano, autonomia local, dependência política e rigor moral teórico, continua agindo dentro do fundamento doutrinário relacionado à fé, advindo da teologia de Tomás de Aquino, mas dentro de uma estrutura política de Gregório Magno, que refletia a essência da fé, como induto à salvação do homem.

É verdade que houve renovação institucional a partir do século XVI, com a adoção de uma nova vida no convento, em que as características militares com submissão a autoridade legítima da ordem, chamado Diretor Geral, na Companhia de Jesus, que além da fixação da piedade e oração, implantou a escola secundária, mediadora entre a escola primária e a universidade. Entretanto, no que diz respeito do teor arquitetônico, este não se rompeu entre a construção gótica e a neogótica, ao contrário, fundiram-se e misturaram-se entre o velho e o novo em toda Europa. Mesmo no século XVII, quando o caráter da Idade Média parecia rompido, seus vestígios se manifestavam mesmos nas cidades com todo o vigor até o século XVIII e, somente, a partir das fundações de novas cidades, focando a residência principesca ou a colonização que as instituições pós-medievais iniciaram-se na lógica de um juízo próprio.

O Novo Complexo Urbano (p. 376-378)

A evolução a partir da Idade média, mais especificamente entre os séculos XV e XVIII, implantou na Europa um novo conjunto de traços culturais, alterando a forma e o conteúdo urbano, advindos de uma nova economia e do capitalismo mercantilista, que por sua vez induzia a uma nova estrutura política, passando então a refletir características que os dois períodos: medieval e pós-medieval, muito embora, o surgimento da renascença já tenha começado no século XII, com as edificações de cidades.

Com o advento da Peste Negra que eliminou quase metade da população, criou-se uma desorganização social e fortalecimento dos militares, dos que detinham poder e capital, suprimindo a liberdade acadêmica nas universidades. Contudo, a Peste Negra, marcada pela morte, teve em seus efeitos a produção da vida, delineada pela audácia humana de poder tomar e dominar, nos limites da existência. E, retomando a abordagem da fé, Munford enfatiza que o pior dos pecados mortais: o orgulho, por via da exaltação à riqueza, passou a ser o norteador de toda a sociedade. Assim assumia a transição da universalidade medieval à uniformidade barroca, onde o signo central foi o príncipe e Maquiavel, que apontava pistas tanto para a política quanto para o plano da nova cidade e, que foi mais tarde interpretado por Descartes. Surgia, por via do barroco, novos bairros urbanos, que mais tarde com a predominância hoteleira e de casas de pensão de South Kensington, em Londres, é a agonizante exalação vitoriana daquela ordem e poder.

Amplidão e Clarificação (p. 378-382)

Com a transição das fases, Munford, adverte que no seu encontro (Medieval X Barroco), a arquitetura ganhou muito, com uma indumentária marcada pelo contraste entre antigo e novo, enfatizando que no modelo de urbanização barroca, o surgimento de ruelas e becos escuros, ganhavam título de suspeitos e incentivadores da criminalidade. Nesse aspecto os novos urbanistas procuraram dissolver as tortuosidades das ruas, transformando-as em ruas retas. Porém, diante do contexto, Munford contesta o termo renascimento, para essa nova transformação, não considerando adequado para as modificações dos séculos XV e XVI, advertindo ser essas modificações uma clarificação geométrica do espírito, como pequenas modificações das cidades históricas. Pois nesse sentido as transformações dadas ao novo estilo parecem uma continuação do passado, como em Florença e Turim, cujos contornos

romanos originais ainda eram visíveis. O novo estilo era tão profundamente orgânico que parece uma continuação do passado.

Conforme declara Munford, se empregado o termo precisamente, não existe cidade renascentista e, sim, trechos nessa ordem. Com espaços abertos e clarificações que modificam de forma bela a estrutura da cidade medieval, rompida pela gravidade impessoal e sua decorosa regularidade. Na nova visão renascentista, a ênfase é notada pela qualidade desprezada, de natureza estética, mas mais velhas ruas e edifícios, que é delineado pelo novo símbolo de retidão das ruas, a ininterrupta linha horizontal de tetos, o arco redondo e a repetição de elementos padronizados, cornijas, lintéis, janelas e colunas, na fachada. Padronização essa orientada por Alberti, ao inferir que tais repetições dariam ar de nobreza às construções.

Entende-se que essa standardização que clarificava, foi fortalecida pela fachada bidimensional e pela abordagem frontal, embora a nova ordem não obedecesse com coerência, como a introduzida pelo século XVII.

Segundo Munford, uma das primeiras das ruas construída, nessa nova ordem, pelos Quatro Grandes em Gênova, denominada Strada Nuova, projetada por Galeazzo Alessi, mesmo mais largas, não tolheu de todo a característica medieval, pois ainda era estreitas e curtas, muito embora suas edificações ladeadas por grandes palácios imponentes e dotadas de vastos jardins, a rua continuava estreita e curta, com o acréscimo posterior dos Uffizi, constituídos por uma ilustração diagramática da nova ordem.

Ao sentirem-se livres para os desenhos da cidade inteira, segundo os princípios da Strada Nuova, dois casos se viram presentes no período. O primeiro foi que a ordem ainda continuou sendo instrumento de vida e no segundo, a vida tornou-se instrumento da ordem, ou seja, vida e ordem destacaram-se com concomitância, para a construção na nova ordem.

Essa nova tradição se viu manifestada por um novo senso de amplitude, claridade e ordem formal e a desorganização anterior, deu lugar a um costume formal, com revestimento de pedras e utilização de degraus, chafarizes esculpidos, estátuas comemorativas herdadas do renascimento.

Todavia e, inserido a um mundo fechado da crítica especializada de arte e mesmo de planejamento urbano, essas modificações, da renascença ao barroco, são muitas vezes interpretadas como mudanças de gosto ou de visão estética, no entanto, a verdadeira influência, advém do fato de que eram sustentadas, por profundas transformações políticas e econômicas. Pode-se considerar que as antigas formas renascentistas são protobarrocas, e as formas neoclássicas, de Versalhes e São Petersburgo, como baixo-barrocas, enquanto que até

mesmo o romantismo dos renovadores góticos do século XVIII poderia ser paradoxalmente considerado como uma fase do capricho barroco.

Território e Cidade (p. 382-287)

A Europa Ocidental, desde o princípio da Idade Média, vinha sendo disputada por dois poderes: o real e o municipal. Ressalta-se que, onde o poder imperial era mais fraco como na Itália setentrional, a cidade alcançou sua independência como entidade política, considerando, também que, mesmo onde era mais forte, como em Aragão, o poder não era absoluto.

Nesse sentido, a consolidação de Estados feudais e a criação de campos de administração política foram relevantes para o bem-estar da comunidade. Porém a questão era saber se a consolidação deveria estender benefício a uma pequena classe privilegiada, ou ser conseguida por meio a união de cidades e regiões. Assim, as cidades mais poderosas providenciaram a conquista das cidades menores e vizinhas no intuito de interesse. E, impelidas pela adversidade militar, as municipalidades da Itália foram as primeiras a inverter o processo de conseguir liberdade.

Na cidade medieval democrática, de característica pequena, havia por fraqueza a ampla divisão do poder e a responsabilidade impunha severas exigências de tempo a cada cidadão, havendo rápida rotatividade de cargos e, enquanto a população da cidade permaneceu restrita, o sistema democrático funcionou. No princípio da Idade Média os grandes senhores feudais tinham conseguido alimentar seus descendentes, coletar impostos e assegurar um nível módico de paz e ordem em seus domínios.

Entretanto, embora o movimento popular no sentido de controle parlamentar não se mantivesse com grande êxito, o Estado moderno começou a tomar forma no século XIV. A estabilização verificou-se inicialmente na administração financeira e, pouco a pouco foi estendido a todos os outros departamentos do Estado e a transferência de poder foi acompanhada pela ascensão de uma burocracia oficial. Para acomodar essas novas funções burocráticas, necessitou-se de um novo tipo de edificação: o prédio de escritórios, desenhado por Vasari em Florença.

Conforme declara Munford a segurança se baseou no simples fosso e na muralha, defesa suficiente contra os guerreiros assaltantes, que não conduziam instrumentos pesados de ataque. No século XV, a defesa predominava sobre o ataque. Mas, na tentativa de igualar as condições militares, as cidades, foram compelidas a abandonar o seu antigo sistema de muralhas simples, defendidas em sua maior parte por uma soldadesca composta de cidadão.

Foram forçada a contratar soldados, para que pudessem avançar e dar combate ao inimigo em campo aberto. E, isso requereu novas fortificações, dotadas de revelins, ressaltos, bastiões, em forma de pontas de lança. A partir daí, em vez de simples muralha de alvenaria, necessitou-se da criação de um complicado sistema de defesa que exigia grande conhecimento de engenharia e grandes recursos financeiros, valendo observar que, tais fortificações, difíceis de construir, eram ainda mais difíceis de alterar, a não ser a um preço proibitivo e, ainda, que as antigas muralhas podiam ser estendidas, para incluir um subúrbio, não prejudicavam o crescimento e adaptações naturais.

Os resultados diretos sobre a própria população foram tão desastrosos quanto os custos das construções. Ao contrário das cidades antigas que eram divididas em quarteirões e praças e depois rodeadas por uma muralha, a nova cidade fortificada era planejada desde o princípio como fortificação, ficando a cidade confinada naquela camisa-de-força, diz Munford. As novas fortificações fizeram afastar-se os subúrbios, jardins e pomares, podendo ser alcançadas apenas pelas classes mais ricas.

Posteriormente, as construções de pedras foram substituídas pelas de madeira, o que foi notado em Londres, para poupar espaço tomado pelas paredes de pedras. A mudança da alvenaria para a estrutura de aço teve lugar na cidade americana no fim do século XIX, pela mesma razão e, a pressão da competição em busca de espaço forçou a valorização das terras nas capitais políticas.

No século XVI as práticas dos engenheiros italianos dominaram a construção de cidades. O tratado de Düzer sobre fortificações urbanas empresta apenas ligeira atenção à cidade propriamente dita. Leonardo da Vinci, como Palladio, tratou, em seus cadernos, da cidade propriamente dita, sugerindo a separação de vias para pedestres e artérias de tráfego pesado. Nesse caso o novo movimento veio encontrar seu apogeu nos tipos de fortificação imaginados no século XVII, a partir de Sébastien Vauban, com um traçado, que para ser destruído necessitaria de um novo corpo de exército. Embora a arte da fortificação tivesse provocado inúmeros sacrifícios, entrou em colapso pouco depois de ter evoluído até a sua forma final.

Conclusão

O contexto abordado por Lewis Munford, demonstra através dos tempos que a engenharia da construção, é uma instituição que tem uma trajetória histórica bastante relevante e, que diante da sua concretude, não se pode considerá-la caracterizada simplesmente por cada estilo definido pela literatura. Mesmo porque, a partir da Idade Média, suas características, não se

extinguiu por completo, como um todo, mas apenas parte, deixando suas heranças para os movimentos seguintes, que embora modificados, vão deixando adiante marcas que refletem os estilos e as estéticas anteriores.

Isso se comprova, quando Munford, esclarece que, embora o caráter medieval não sobreviva em seu todo, ainda assim, há vestígios de partes que sobreviveram ao tempo.

A evolução a partir da Idade média, mais especificamente entre os séculos XV e XVIII, implantou na Europa um novo conjunto de traços culturais, alterando a forma e o conteúdo urbano.

Pôde-se perceber que, com a transição das fases, houve por exemplo a mistura entre Medieval e Barroco, o que fez com que a arquitetura ganhasse muito, em razão do contraste entre antigo e novo. E, ainda, tomando-se a primeira rua construída, a Strada Nuova, pôde interpretá-la como base para o entendimento das construções posteriores, numa forma comparativa.

A nova tradição, se viu manifestada por um novo senso de amplitude, clareza e ordem formal e a desorganização anterior, deu lugar a um costume formal, com revestimento de pedras e utilização de degraus, chafarizes esculpidos, estátuas comemorativas herdadas do renascimento.

Porém, como tudo está intrinsecamente ligado à evolução, as construções de pedras foram substituídas pelo uso de madeira e até do aço, com a finalidade do ganho de espaços em virtude das urbanizações e das necessidades de adaptações às necessidades dos períodos.

Referência

MUNFORD, Lewis. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.